

134

FHC quer parceria com setor produtivo

Essas reformas — “os cinco dedos da outra mão” — serão buscadas “simultaneamente, com paciência, perseverança”, disse Malan. O primeiro dedo é o equilíbrio das contas públicas e a reforma do setor público, “numa linha coerente e consistente com o Programa de Ação Imediata, de junho de 1993, do qual todo mundo já se esqueceu, mas que fixava os seis objetivos para lidar com o descalabro do setor público e a moralização do Estado”: o controle do gasto, a reforma tributária, a negociação da dívida dos Estados com a União, a redefinição da função dos bancos federais, a solução da crise dos bancos estaduais e a privatização. “O que dissemos um ano e meio atrás continua na agenda”.

O segundo dedo é “a parceria com o setor produtivo para a redu-

ção do custo Brasil, ou seja, a redução dos custos de produção de bens e serviços do País em relação a seus competidores no mercado externo”. Nessé tópico, indicou Malan, o Governo planeja uma redução dos juros do BNDES e mudanças em leis e normas que permitam uma diminuição significativa do custo do trabalho para o empregador, que é um dos mais altos do mundo. A redução do custo Brasil será buscada também — “junto com o setor produtivo”, frisou Malan — por meio de mudanças no código tributário, a maior eficiência dos serviços portuários e uma série de medidas de desregulamentação e desburocratização que estimulem o investimento privado.

Sobre a política monetária, que já se transformou em foco das críticas ao atual e ao próximo governo,

Malan reconheceu que o atraso no ataque ao desequilíbrio fiscal faz como que “um ônus excessivo (da política antiinflacionária) esteja recaindo sobre o Banco Central”. Mas reiterou que não haverá mudança até o fim do ano e afirmou que a redução dos juros será decidida e realizada gradualmente, em função do progresso que o Governo realizar para eliminar seu déficit orçamentário, diminuir o estoque de sua dívida e reduzir suas necessidades de financiamento.

Sem descer a detalhes, o futuro ministro indicou, também, que o novo governo pretende rever, a política cambial e adotar um regime “mais adequado ao Brasil”. Malan deixou claro, finalmente, que o novo governo não cederá a pressões para reindexar a economia. Elas continuarão, previu ele, porque a

redução da taxa de inflação obtida após a introdução do real, de 7.000% para 30% ao ano, embora seja um bom resultado, “infelizmente não é suficiente”. A solução, portanto, não é abandonar a luta no meio do caminho e reindexar, mas fazer o que for necessário para diminuir ainda mais a inflação.

O presidente do BC disse que o novo governo tem plena consciência da dimensão e da dificuldade da tarefa. Ele encerrou seu discurso realçando o papel da imprensa e pedindo sua colaboração na luta contra a inflação. Um homem que pensa antes de falar e mede o que diz, Malan exortou os jornalistas para a importância de se evitar “a comoção do dia, o alarido do momento” e alimentar um clima em que os agentes econômicos “vivem de sobressaltos”. (O S. de A. F.)